

DIMENSÃO IDEOLÓGICA DA MEMÓRIA: OS LAÇOS ENTRE MEMÓRIA E IDEOLOGIA NAS NARRATIVAS DA POPULAÇÃO DE RUA.

Aline Pereira^{1*}, Bruna Suruagy do Amaral Dantas²

1. Estudante de Psicologia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UPM
2. Docente do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UPM /Orientadora

Resumo:

Nesta pesquisa, buscou-se compreender as relações entre ideologia e memória nas narrativas dos integrantes da população de rua. Adotou-se como recurso metodológico a realização de entrevistas de história oral. Participaram da pesquisa oito sujeitos. Durante as entrevistas, respeitou-se a decisão dos memorialistas de construir um discurso livre, compartilhando histórias da rua e emitindo opiniões sobre as condições psicossociais do processo de realização. Mostrou-se recorrente nos relatos a presença de conteúdos simbólicos de caráter ideológico. Depreendeu-se da análise dos dados que a memória apresenta uma dimensão ideológica, a qual se manifestou nas narrativas tanto por meio da lembrança quanto por meio do esquecimento. Outra importante variável que ganhou destaque na investigação refere-se à relevância do ouvinte na seleção narrativa e no trabalho de memória, sobretudo quando se trata de um encontro entre sujeitos que ocupam lugares distintos no cenário social.

Autorização legal: A pesquisa enquadrou-se na resolução 510, sendo autorizada sua realização.

Palavras-chave: memória; ideologia; população em situação de rua.

Apoio financeiro: Universidade Presbiteriana Mackenzie (PIBIC).

Trabalho selecionado para a JNIC pela instituição: UPM

Introdução:

Fenômeno psicossocial característico das formações urbanas, a população de rua ganhou notoriedade na sociedade brasileira em meados da década de 1990 (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992). Neste período, traduziu-se a realização como “problema social e urbano” (DE LUCCA, 2007, p.20), que incomoda e se propaga, cabendo ao Estado contê-lo e monitorá-lo. Proliferaram-se investigações científicas que contribuíram para visibilizar as demandas desse segmento populacional, subsidiando a proposição de políticas públicas para o enfrentamento da realidade de exclusão e opressão (ARGILES, 2012).

Na cidade de São Paulo, o último censo contabilizou 15.905 pessoas em situação de rua (FIPE, 2015): 15.905 narrativas, memórias e histórias de vida que não encontram abrigo no mundo comum, sendo lançadas no silêncio e no esquecimento. São sujeitos que, ainda que sejam vistos pelos olhos, são invisíveis socialmente; suas vozes – quando ouvidas – são consideradas meros “ruídos” incognoscíveis, manifestação da necessidade. Além da indiferença dos olhares, enfrentam cotidianamente representações pejorativas, marcadamente ideológicas: “vagabundos, preguiçosos, sujos, perigosos, coitados” (MATTOS; FERREIRA, 2004, p. 47).

Mas de que modo se vê o indivíduo em situação de rua? Uma leitura atenta às narrativas das pessoas em situação de rua entrevistadas por Stoffels (1997 apud MATTOS; FERREIRA, 2004, p. 52) possibilita-nos perceber que por trás da voz particular dos sujeitos, prevalecem discursos que os culpabilizam por sua própria condição social: “O pobre é pobre porque não usou a cabeça”; discursos fatalistas, que naturalizam a realidade estrutural da sociedade e solapam seu caráter histórico, tais como: “Essa diferença não é culpa de ninguém. É assim”. Conforme explicitado nos depoimentos, a percepção coletiva sobre a realização – carregada de ideias dominantes da sociedade – pode sufocar a percepção daqueles que estão em situação de rua.

Esta pesquisa tem como objetivo principal examinar a dimensão ideológica das memórias da experiência de realização nas narrativas dos integrantes da população em situação de rua. Dito de outro modo, buscamos compreender de que modo ideologia e memória se relacionam, criando um laço que colabora para sustentar e reforçar relações concretas de dominação.

Metodologia:

Adotamos como recurso metodológico a realização de entrevistas com base nas premissas da história oral. Apesar da pluralidade de concepções que atravessam o campo e fomentam intensas discussões, há uma convergência em relação à dinâmica do referido trabalho: debruça-se sobre a memória para apreender a versão e visão que emana da experiência dos atores sociais (THOMPSON, 2002).

A coleta de dados ocorreu no período de março a junho de 2016, no Refeitório Comunitário para Adultos em Situação de Rua “Pena Forte Mendes”, em São Paulo. Por ser um espaço em que transitam cotidianamente pessoas em situação de rua, a referida instituição favoreceu o contato com os indivíduos. No total, participaram da pesquisa oito sujeitos – sete homens e uma mulher.

A análise do material coletado foi empreendida com base na Hermenêutica de Profundidade, metodologia desenvolvida por John Thompson (2000), constituída de três dimensões: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação. Ressalta-se, entretanto, que em virtude da complexidade do fenômeno, não foi possível ater-se apenas aos depoimentos. Atentamo-nos ainda à relação que se estabeleceu entre a pesquisadora e os memorialistas. Consideramos não somente os conteúdos da narrativa, mas também o modo como os fios discursivos foram tecidos.

Resultados e Discussão:

Nos encontros, buscamos assegurar condições para que, ao acessarem o acervo da memória, os memorialistas pudessem avançar e recuar, mover-se para cima e para baixo nos “degraus da experiência” (BENJAMIN, 2010). Contudo, o intercâmbio entre narrador e ouvinte não prescinde da seleção das experiências que circularão no campo compartilhado. A memória, quando elevada à palavra, “confessa” a intenção de transmitir a lembrança. A “interrogação do passado” é um processo que, necessariamente, se passa em diálogo e interação (JELIN, 2001). Por essa razão, faz-se necessário indagar: “quem” é o sujeito que narra e a “quem” se destina a narrativa? O ato

de narrar não se dá, pois, sem implicação do ponto de vista psicossocial.

No decorrer das entrevistas, por diversas vezes, estivemos diante de uma inquietação: “onde” está a memória da realização? Os narradores, quando solicitados a trazerem à tona lembranças da experiência de rua, responderam ora com silêncio, ora com esquecimento.

Silêncio: omissão, esquecimento ou impedimento? Apoiados em Ricoeur (2007) e Jelin (2004), pudemos entendê-lo como uma manifestação do esquecimento. Nesta acepção, o silêncio pode revelar uma memória impedida – uma memória esquecida –, a saber, aquela que, em decorrência do trauma, não pôde ser incorporada narrativamente: faltam palavras para expressar e outorgar sentido à experiência; as lembranças escapam, então, à voz. Por outro lado, existem silêncios impostos socialmente: a condição de silenciamento, oriunda do impedimento à participação. O cidadão impedido é também o cidadão despojado do direito à palavra (GONÇALVES FILHO, 2003). Há, ainda, a “vontade de silêncio” (JELIN, 2004): de não contar, não transmitir; de guardar em espaços impenetráveis a lembrança. É, pois, um silêncio que vai ao encontro do esforço de apagamento do passado.

Como pudemos observar, as narrativas dos atores sociais penderam para um ponto comum em relação à memória da experiência de rua: o esquecimento. Contudo, é preciso elucidar que o esquecimento é, aqui, entendido como “verbo”: “ato ou efeito de esquecer”. Dito de outro modo, é exercício, um desdobramento do trabalho de memória (RICOEUR, 2007; JELIN, 2004). Não é possível lembrar-se de tudo. Assim como não é possível narrar tudo. Ao buscar na memória a matéria-prima da narrativa, há uma seleção daquilo que será elevado à condição de lembrança ou será relegado à condição de esquecimento.

A elaboração da narrativa envolve a capacidade de esquecer? Hiato entre a experiência e a memória: o esquecimento pôde ser traduzido como uma operação de distanciamento. Neste momento, abrimos parênteses para lembrar o leitor-ouvinte de que as representações sociais sobre a população em situação de rua são pejorativas, marcadamente ideológicas. Em função dessa forte estigmatização social, intenta-se apagar e esquecer uma parte da história vivida: “a situação de rua”. Nas narrativas dos atores sociais com os quais conversamos, o “trabalho de esquecimento” se manifestou por meio do silêncio e, em alguns casos, por intermédio da

palavra oca, isto é, esvaziada da experiência.

Eis a brecha para que a ideologia entre em ação: os “brancos” da memória são, pois, preenchidos com o discurso ideológico. Em outras palavras, no lugar da experiência do sujeito, surgem as mediações de um discurso que, justamente por ser “lacunar”, permite sua generalização – isto é, que cabe a todos (CHAUI, 2007). O sujeito deixa, então, de ser autor de sua própria história: onde o esquecimento impera, a ideologia protagoniza. O discurso “sem autor”, “sem produtor”, “sem história” – característico da operação ideológica – resulta no despojar da condição de ator político.

Se por um lado o esquecimento revela a necessidade de lançar luz à existência de uma história de vida que transcende a condição de rua, afirmando a existência de um sujeito em sua totalidade múltipla, por outro, oferece-se como um importante aliado da operação ideológica.

Ao longo dos encontros, ora solicitamos aos sujeitos um trabalho de memória sobre as experiências de rua, ora pedimos que narrassem suas histórias de vida, sem aludir ao recorte “situação de rua”. Em ambos os casos, os memorialistas, no mais das vezes, optaram por narrar suas histórias de vida a partir do passado anterior à realização. Além disso, a temática “trabalho” foi amiúde o “fio de ouro” das narrativas. A leitura atenta às entrelinhas das narrativas possibilitou-nos perceber que estão impregnadas de uma ideia propagada pela classe dominante no âmbito da vida material: “o trabalho dignifica o homem”. Por trás da voz particular dos sujeitos, prevaleceu a narrativa que universaliza o trabalho como única possibilidade de alcançar a dignidade.

Como se dá, então, a ideologização da memória por intermédio da lembrança? A função seletiva e mediadora da narrativa torna a memória uma construção ideológica (RICOEUR, 2007). O narrador se debruça sobre a memória – “musa da narrativa” – para buscar sua matéria-prima – a experiência – e se constituir (BENJAMIN, 2010). Porém, aquele que narra não recorre apenas à experiência “vivida na carne” para tecê-la, mas também se apoia nas representações que circulam no imaginário social.

Neste sentido, Halbwachs (2004) defende que os indivíduos pensam e recordam sob uma base comum, ainda que tenham seu próprio ponto de vista. Há, portanto, pontos de referência que fornecem os alicerces de nossa memória. Aqui, entram diversos mecanismos em jogo, como por exemplo, as ideologias. As narrativas socialmente compartilhadas, ao

operarem como instrumento mediador da memória e contribuir com sua configuração, interferem na imagem lembrada pelo indivíduo (BOSI, 1979). A recordação pode, pois, sofrer a interferência das narrativas oficiais que circulam na malha social, sendo tratada como a real história do sujeito.

Conclusões:

A princípio, nosso objetivo consistia em analisar a intersecção entre os conceitos de memória e ideologia, recorrendo às lembranças dos sujeitos. Contudo, no percurso da investigação, gradativamente, outra artimanha da operação ideológica fora se desvelando nos discursos dos sujeitos: o esquecimento.

O esquecimento é a condição sem a qual a memória não se realiza (RICOEUR, 2007). Os depoimentos revelaram sua participação ativa no processo de ideologização da memória: um hiato entre a experiência e a memória dos sujeitos. As “lacunas da memória” são, então, preenchidas com o “discurso lacunar” das classes dominantes.

Como notamos, a situação de rua interfere fortemente na construção da memória, desencadeando sua ideologização, seja por via da lembrança, seja por meio do esquecimento. Com efeito, se por um lado a memória possui um “caráter libertador” (MARTÍN-BARÓ, 1998), por outro, pode reforçar e manter relações de dominação. As representações da realidade, fornecidas pelos grupos dominantes, impactam não somente sobre a consciência dos indivíduos, mas igualmente sobre suas memórias.

Cabe destacar também uma importante variável a ser considerada nas reflexões propostas por este estudo: o ouvinte interfere significativamente na seleção narrativa e no trabalho de memória, sobretudo quando se trata de um encontro entre sujeitos que ocupam lugares distintos no cenário social.

A presente pesquisa valeu-se da história oral como estratégia metodológica. Sabe-se que uma das vertentes da história oral constituiu-se atrelada às memórias dos grupos sociais marginalizados. Neste sentido, traz à tona para o espaço público histórias de vida encobertas e vozes não pronunciadas e/ou emudecidas. Não obstante, é preciso considerar em que instância tomam a palavra. Nesta discussão, evidenciou-se que por trás da voz que narra suas experiências e histórias, pode ecoar a voz das minorias dominantes. A interferência da ideologia na memória nos revela que nem sempre a produção discursiva eleva o sujeito à condição de ator político.

Referências bibliográficas

- ARGILES, M. dos S. **População adulta em situação de rua: da invisibilidade social ao direito a ter direitos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.
- BENJAMIN, W. O narrador. In:_____. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 2010, p.197-221.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembranças de Velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 2004.
- BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios em psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CHAUÍ, M de S. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- DE LUCCA, R. C. **A rua em movimento**: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE. **Censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo**. Prefeitura de São Paulo, São Paulo 2015.
- GONÇALVES FILHO, J. M. **Problemas de método em Psicologia Social**: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In: BOCK, A. M. B. (Org.). **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 193-239.
- HALBWACHS, M. **La memoria colectiva**. 1. ed. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.
- JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2001.
- MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, 2004, 16 (2), maio/ago., p. 47-58.
- MARTIN-BARÓ, I. **Psicología de la Liberación**. Madrid: Trotta, 1998.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Editora Unicamp: Campinas, 2007.
- THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- THOMPSON, B. J. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. **População de Rua**: quem é, como vive, como é vista. Hucitec: São Paulo, 1992.